

Transtornos do Espectro Autista: Promoção de Conhecimento, Inclusão e Saúde Mental.

Aline Gabrielle Pires (UNIFAMA)*
Cleire Janaina Sousa Silva (UNIFAMA)*
Francielly Da Hora (UNIFAMA)*
Maylse Mendes Melo (UNIFAMA)*
Pamela Tauana Camargo Hacbarth (UNIFAMA)*
Vanessa Vitória Silva (UNIFAMA)*
Moacir Agulho Junior (UNIFAMA)* *

Resumo: Atualmente, percebe-se um crescimento expressivo no número de diagnósticos de Transtorno do Espectro Autista (TEA), reforçando a importância de expandir o conhecimento da sociedade sobre o assunto e incentivar ações de orientação e suporte às famílias. O TEA é marcado por desafios na comunicação e interação social, além da presença de comportamentos repetitivos e interesses restritos, podendo afetar diversas áreas do desenvolvimento infantil. Assim, pais e familiares de crianças com TEA exercem um papel essencial no desenvolvimento, na adaptação e inclusão, sendo fundamental que tenham acesso a informações claras, baseadas em evidências científicas e confiáveis sobre o transtorno e formas de lidar com ele diariamente. Diante dessa realidade, o presente projeto, intitulado “Transtornos do Espectro Autista: Promoção de Conhecimento, Inclusão e Saúde Mental”, propõe como intervenção a realização de uma palestra educativa voltada aos familiares de pessoas diagnosticadas com TEA, visando transmitir um pouco de conhecimento sobre o assunto. A palestra tem como objetivo promover a disseminação de informações sobre o transtorno, abordar aspectos relacionados ao desenvolvimento, às estratégias de cuidado, à inclusão social e à importância da saúde mental das famílias. Além disso, a ação busca criar um espaço de diálogo, acolhimento, esclarecimento de dúvidas e quebra de estereótipos, permitindo que os participantes compartilhem experiências e fortaleçam sua rede de apoio. Dessa forma, a intervenção pretende aproximar o conhecimento acadêmico da realidade da comunidade, contribuindo para a promoção de práticas mais inclusivas, o fortalecimento do suporte familiar e o desenvolvimento integral das pessoas com Transtorno do Espectro Autista.

Palavras-chave: Espectro Autista. Apoio Emocional. Suporte Psicológico. Acesso à Informação.

*Bacharelados em Psicologia pela Instituição União das Faculdades de Mato Grosso - Campus de Nova Mutum – MT, (UNIFAMA). Endereço: Avenida dos Canários, 160W – Bela Vista, CEP: 78.452-043

**Docente do curso de Psicologia na Instituição União das Faculdades do Estado de Mato Grosso – Campus de Nova Mutum-MT (UNIFAMA). Psicólogo graduado pelo Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG), especialista em Neuropsicologia Clínica e Psicologia do Trânsito, pela Faculdade EduCareMT. CRP-MT 18/02540. E-mail: agulhomoacir@gmail.com

Abstract: Currently, there has been a significant increase in the number of diagnoses of Autism Spectrum Disorder (ASD), underscoring the importance of raising public awareness about the condition and promoting initiatives to provide guidance and support to families. ASD is characterized by challenges in communication and social interaction, as well as repetitive behaviors and restricted interests, which can affect various areas of child development. Thus, parents and family members of children with ASD play an essential role in their development, adaptation, and inclusion, making it crucial that they have access to clear, scientifically evidence-based, and reliable information about the disorder and ways to manage it on a daily basis. Given this reality, this project, titled “Autism Spectrum Disorders: Promoting Knowledge, Inclusion, and Mental Health,” proposes as an intervention the organization of an educational lecture aimed at family members of individuals diagnosed with ASD, with the goal of sharing some knowledge on the subject. The lecture aims to promote the dissemination of information about the disorder, addressing aspects related to development, care strategies, social inclusion, and the importance of mental health for families. In addition, the initiative aims to create a space for dialogue, support, addressing questions, and breaking down stereotypes, allowing participants to share experiences and strengthen their support network. In this way, the initiative aims to bridge the gap between academic knowledge and the reality of the community, contributing to the promotion of more inclusive practices, the strengthening of family support, and the holistic development of individuals with Autism Spectrum Disorder.

Keywords: Autism Spectrum. Emotional Support. Psychological Support. Access to Information.

1. Introdução

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado principalmente por dificuldades na comunicação e interação social, além da presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento. Essas manifestações geralmente aparecem nos primeiros anos de vida e podem variar em intensidade entre os indivíduos, razão pela qual o autismo é compreendido como um espectro (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2013). Segundo a American Psychiatric Association, o transtorno se caracteriza por alterações no desenvolvimento social e comportamental.

De acordo com o manual diagnóstico “o transtorno do espectro autista é caracterizado por déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos” (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2013, p. 50). O autismo foi descrito pela primeira vez em 1943 pelo psiquiatra Léo Kanner, que observou em algumas crianças características como isolamento social, dificuldade na comunicação e comportamentos repetitivos. Em seu estudo clássico, o autor descreveu

que “essas crianças apresentam uma incapacidade inata de estabelecer contato afetivo normal com as pessoas” (KANNER, 1943, p. 242).

Posteriormente, diversos estudos ampliaram o entendimento do transtorno e contribuíram para o desenvolvimento das classificações diagnósticas utilizadas atualmente. Entre as principais características do TEA estão as dificuldades na comunicação verbal e não verbal, limitações na interação social e comportamentos repetitivos ou interesses restritos. Além disso, muitas pessoas com autismo podem apresentar necessidade de rotinas estruturadas e maior sensibilidade a estímulos sensoriais, como sons, luzes ou texturas.

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), o autismo é classificado em diferentes níveis de suporte, que indicam o grau de apoio necessário para que o indivíduo consiga desenvolver suas atividades cotidianas e participar de forma mais independente da vida social. Apesar do aumento das pesquisas e da divulgação de informações científicas sobre o tema, ainda existem diversos mitos relacionados ao autismo, o que pode gerar preconceito e desinformação.

Dessa forma, compreender o Transtorno do Espectro Autista é fundamental para promover inclusão, respeito às diferenças e melhores estratégias de apoio às pessoas dentro do espectro. Diante dessa realidade, seguiremos com um projeto que foca em combater os preconceitos, levar informação do lado pisco de pessoas diagnosticadas com TEA e debate de conhecimentos. Será uma palestra que tem como objetivo desenvolver um projeto de intervenção voltado à promoção de conhecimento, acolhimento e inclusão social, tema foi selecionado justamente pelo mês ter a celebração da Conscientização do Autismo.

2 Metodologia

Este trabalho caracterizou-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, realizada por meio de revisão bibliográfica. Para sua elaboração, foram utilizados livros, artigos científicos e publicações acadêmicas sobre o Transtorno, com foco na promoção do conhecimento, inclusão e saúde mental. Trata-se de uma pesquisa científica que buscou levar informações acerca do autismo e sua relação com a sociedade, contribuindo para a ampliação do entendimento sobre o tema.

Os dados foram obtidos por meio de pesquisas, sendo analisados e organizados de forma sistemática, o que permitiu reunir informações relevantes para a compreensão e discussão apresentada

neste estudo. A abordagem qualitativa possibilitou uma análise mais aprofundada dos conteúdos, respeitando as diretrizes metodológicas estabelecidas. O trabalho foi desenvolvido em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Como limitação, ressalta-se a dificuldade de delimitação e alcance de um público específico, em virtude do caráter abrangente e teórico da pesquisa. Além da revisão bibliográfica, o trabalho também contou com a parte prática, onde, houve a realização de palestra em uma empresa situada no município de Nova Mutum, MT. Com o intuito de levar informações sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) de forma clara e acessível aos colaboradores.

Durante a prática, foi realizada uma palestra, e ao final foi disponibilizado um espaço de tempo para um bate-papo com os participantes, criando um momento de troca de experiências, dúvidas e reflexões sobre o tema. Essa proposta foi de fundamental importância, pois auxiliou na aproximação do conteúdo teórico da realidade dos convidados, contribuindo para a construção de um ambiente organizacional mais inclusivo e informado. A apresentação foi bem aceita pelos trabalhadores participantes, havendo boa interação entre os acadêmicos e o público presente.

3 Resultados Esperados

Espera-se que este trabalho contribua para a ampliação do conhecimento acerca do Transtorno, apresentando seus principais conceitos e características de forma clara e acessível. Pretende-se também promover a divulgação de informações corretas sobre o transtorno, colaborando para a redução de estigmas, preconceitos e desinformação presentes na sociedade.

Além disso, busca-se evidenciar a importância da inclusão social e educacional de pessoas com autismo, destacando práticas que favoreçam sua participação e desenvolvimento em diferentes contextos. Por fim, espera-se incentivar a reflexão sobre a relevância do apoio à saúde mental de indivíduos com TEA e de suas famílias, ressaltando a necessidade de suporte adequado e de políticas que promovam qualidade de vida, bem-estar e inclusão.

4 Desenvolvimento

O Autismo é classificado como um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta principalmente a comunicação, a interação social e o comportamento. Na Psicologia do

Desenvolvimento, o autismo é compreendido a partir das alterações que podem ocorrer no processo de construção das habilidades sociais, cognitivas e comunicativas da criança. Essas características geralmente começam a aparecer nos primeiros anos de vida e podem impactar diferentes áreas do desenvolvimento infantil.

O desenvolvimento infantil ocorre por meio da interação entre fatores biológicos e ambientais. Nesse processo, as relações sociais e a comunicação desempenham um papel fundamental para a aprendizagem e para a construção do comportamento. Crianças com TEA podem apresentar dificuldades na reciprocidade social, ou seja, na capacidade de responder e interagir socialmente com outras pessoas. Essas dificuldades podem afetar o desenvolvimento da linguagem, da comunicação e da compreensão das relações sociais (KLIN, 2006).

4.1 Identificação precoce do autismo

A identificação precoce é importante porque possibilita a realização de intervenções adequadas ainda nos primeiros anos de vida. Na área da Psicologia, intervenções precoces podem contribuir para o desenvolvimento de habilidades sociais, comunicativas e cognitivas, além de auxiliar a criança na adaptação às demandas do ambiente. O acompanhamento psicológico também pode oferecer suporte às famílias, orientando sobre estratégias que favoreçam o desenvolvimento e a interação da criança. Nesse sentido, a literatura destaca que a detecção precoce do TEA está diretamente relacionada a melhores resultados no desenvolvimento infantil, especialmente quando acompanhada de intervenções adequadas (SEIZE; BORSA, 2017).

Dessa forma, compreender os sinais iniciais do autismo é essencial para profissionais da Psicologia, especialmente aqueles que atuam na avaliação e no acompanhamento do desenvolvimento infantil. A observação cuidadosa dos comportamentos da criança, associada ao conhecimento científico sobre o TEA, permite identificar possíveis sinais de alerta e encaminhar para avaliação especializada, favorecendo intervenções mais precoces e eficazes. Estudos apontam que a identificação dos primeiros sinais do autismo ainda na infância possibilita um direcionamento mais adequado das práticas clínicas e educacionais, contribuindo para o desenvolvimento global da criança (BOSA, 2002).

4.2 Sinais comportamentais e sociais iniciais

Entre os primeiros sinais observados no desenvolvimento infantil está a dificuldade relacionada à atenção compartilhada. Esse conceito refere-se à capacidade da criança de compartilhar o foco de atenção com outra pessoa em relação a um objeto ou situação. Por exemplo, quando a criança olha para um brinquedo e depois olha para o adulto para mostrar ou dividir aquele momento. Esse comportamento costuma aparecer ainda no primeiro ano de vida e é considerado fundamental para o desenvolvimento da comunicação e da interação social (BOSA, 2002).

Quando há dificuldades nessa habilidade, a criança pode apresentar menor iniciativa para compartilhar interesses ou experiências com outras pessoas. Além disso, podem surgir outros sinais de alerta, como a redução do contato visual, pouca resposta ao próprio nome e ausência de gestos comunicativos, como apontar ou mostrar objetos. Esses comportamentos podem indicar dificuldades no desenvolvimento da comunicação social e são frequentemente observados em crianças com TEA (BOSA, 2002).

Outro aspecto importante está relacionado ao desenvolvimento da linguagem, algumas crianças com autismo podem apresentar atraso na fala ou formas atípicas de comunicação, como repetição de palavras ou frases. Na perspectiva da Psicologia, essas dificuldades não estão relacionadas apenas ao desenvolvimento da linguagem em si, mas também à capacidade de utilizar a comunicação para interagir socialmente e expressar intenções e emoções (KLIN, 2006).

Além dos prejuízos na comunicação e na interação social, o TEA pode ainda se manifestar por meio de padrões de comportamento repetitivos e interesses limitados. Esses comportamentos podem incluir movimentos repetitivos, forte interesse por determinados objetos ou temas e resistência a mudanças na rotina. Na Psicologia do Desenvolvimento, esses padrões comportamentais são compreendidos como parte das características do transtorno e podem estar relacionados à forma como a criança organiza suas experiências e interage com o ambiente.

5 Papel do Psicólogo no diagnóstico

O autismo infantil apresenta grandes dificuldades no diagnóstico, uma vez que engloba, dentro dos conceitos atuais, várias doenças com diferentes quadros clínicos que têm como fator comum o sintoma do TEA. Segundo Gillberg (1990, apud Schwartzman, 1995), o autismo é considerado uma síndrome comportamental, com etiologias e curso de um distúrbio de desenvolvimento, caracterizado

por um déficit social visualizado pela inabilidade em relacionar-se com o outro, usualmente combinado com déficit de linguagem e alterações de comportamento.

Segundo Bereohff (apud Gauderer, 1997), a complexidade do quadro de autismo e as dificuldades encontradas para se desenvolver uma estrutura em sua abordagem enfatizam cada vez mais a necessidade da multidisciplinaridade dos profissionais envolvidos nesse processo. O psicólogo, com sua formação específica e bem definida, deve estar inserido nesse contexto, sendo também um conhecedor do desenvolvimento comum para ter condições de detectar as áreas defasadas e comprometidas. Ele precisa estar muito sensível às observações e relatos da família.

É fundamental que o psicólogo esteja atualizado com os trabalhos e pesquisas recentes relativos à sua especificidade para orientar a família. A sua sensibilidade diante da criança e do nível de comprometimento desta é importante para que ele saiba adequar propostas terapêuticas que realmente a beneficiem (Ellis, 1996). É importante ressaltar que a profissão do psicólogo apresenta muitos desafios profissionais e pessoais frente aos portadores de necessidades especiais e suas famílias.

Nadja Costa (apud Gauderer, 1997), observou, em sua revisão bibliográfica, que o psicólogo pode desenvolver emoções e sentimentos face às doenças crônicas ou doenças fatais e que esses sentimentos influenciam no diagnóstico. Em sua atuação, diz Bereohff (apud Gauderer, 1997), o psicólogo pode influir em vários níveis e desenvolver vários papéis, tais como: investigador e pesquisador, em uma equipe diagnóstica e de avaliação; psicoterapeuta, em uma abordagem individual ou uma abordagem institucional; consultor institucional e orientador familiar.

De acordo com Windholz (apud Schwartzman, 1995), nos últimos 30 anos, vários tratamentos foram baseados em orientações teóricas diversas e de níveis de abrangência diferentes (terapias individual, psicanalítica, orientação cognitiva e outras). Esses tratamentos foram aplicados na tentativa de ajudar a pessoa com autismo a adquirir um repertório mais funcional, diminuindo, assim, os vários distúrbios de conduta. Para Windholz, atualmente, a terapia comportamental é considerada a mais bem desenvolvida, confiável e eficaz no atendimento da pessoa com autismo.

Ornitz (apud Gauderer, 1997) diz que a melhor intervenção é uma abordagem flexível, adaptável às mudanças que ocorrem no nível de desenvolvimento. Gauderer (1997), comentando sobre a diferença entre psicoterapia, psicanálise e orientação, salienta que todas as técnicas visam a ajudar o indivíduo. Todas têm suas vantagens e limitações. É importante que o psicólogo, em sua atuação, desenvolva uma

terapia diferenciada para atender necessidades específicas, pois cada pessoa, apesar de semelhante, é única.

5.1 Avaliação psicológica no TEA

A avaliação de crianças com suspeita de Transtorno do Espectro Autista (TEA) em departamentos de saúde pública do Brasil exige instrumentos criados e validados no país e é a etapa inicial e fundamental no manejo do TEA, ela engloba instrumentos padronizados, protocolos clínicos e observações estruturadas, visando mapear o perfil do paciente em diferentes domínios:

- **Habilidades cognitivas e executivas:** atenção, memória, funções executivas, linguagem receptiva e expressiva, raciocínio lógico.
- **Habilidades sociais e comunicativas:** reconhecimento de emoções, interação social, capacidade de iniciar e manter contatos sociais.
- **Regulação emocional e comportamento adaptativo:** capacidade de lidar com frustrações, ansiedade e situações novas ou estressoras.
- **Repertório adaptativo:** independência em atividades da vida diária, habilidades acadêmicas e funcionais.

Esta avaliação detalhada permite o diagnóstico diferencial, distinguindo TEA de outras condições neuropsiquiátricas, como TDAH, transtornos de ansiedade ou dificuldades de aprendizagem, além de fornecer subsídios para planejar intervenções individualizadas e monitorar o progresso terapêutico. O diagnóstico dos casos suspeitos de TEA pode ser realizado tanto com base na observação comportamental dos critérios dos sistemas de classificação quanto por meio do uso de instrumentos validados e fidedignos, que permitem ao profissional traçar um perfil refinado das características de desenvolvimento da criança.

A atuação do psicólogo representa, um elemento-chave no processo de desenvolvimento adaptativo e inclusão social, fundamentada em ciência, práticas baseadas em evidências e acompanhamento contínuo, com resultados significativos e duradouros implementada de forma sistemática e precoce.

O Protocolo de Avaliação para Crianças com Suspeita de Transtornos do Espectro do Autismo (PRO-TEA) foi idealizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Transtornos do Desenvolvimento –

NIEPED/UFRGS, em 1998, e aprimorado em 2007. Surgiu em decorrência da necessidade de sistematizar a observação clínica em avaliações e reavaliações de crianças com suspeita de autismo, na ausência de instrumentos internacionalmente validados.

Na prática, o PRO-TEA já vem sendo utilizado na clínica por diferentes especialistas (psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais), há cerca de uma década e em diferentes regiões do país, apontando para a urgência no exame de suas propriedades psicométricas. Seus itens foram gerados com base nos principais resultados da tese de doutorado da autora (Bosa, 1998) e operacionalizam as áreas que definem o diagnóstico de autismo no DSM-IV-TR (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 4ª Edição, Revisão de Texto).

5.2 Ética do Psicólogo no processo avaliativo

Os princípios éticos que regem a Avaliação Psicológica são frequentemente estabelecidos por conselhos de psicologia e códigos de ética. Entre os principais princípios estão:

1º Competência Profissional: Os psicólogos devem atuar dentro de sua área de competência, utilizando instrumentos e métodos para os quais estão devidamente treinados e qualificados. Isso garante que a avaliação seja conduzida com conhecimento e habilidades adequadas.

2º Consentimento Informado: Antes de qualquer avaliação, o psicólogo deve obter o consentimento informado do paciente ou de seus responsáveis legais. O paciente deve ser informado sobre os objetivos, métodos e implicações da avaliação, garantindo que tenha total compreensão e concordância

3º Confidencialidade: Os psicólogos têm a obrigação de proteger a privacidade das informações do paciente. Os dados coletados na avaliação não devem ser divulgados sem o consentimento explícito, salvo em situações onde existe risco claro e imediato à segurança de outras pessoas.

4º Integridade e Honestidade: Os profissionais devem ser honestos e transparentes em sua comunicação com os pacientes. Qualquer potencial conflito de interesse deve ser revelado, e os resultados da avaliação devem ser apresentados de forma clara e objetiva.

5º Não Maleficência: Os psicólogos devem garantir que suas ações não causem dano aos pacientes. Isso também se estende à interpretação de resultados, evitando diagnósticos que poderiam ser prejudiciais ou mal interpretados.

Esses princípios são definidos pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) no Brasil, especificamente através do Código de Ética Profissional do Psicólogo (Resolução CFP nº 010/05, vigente desde 27 de agosto de 2005). Segundo Rodrigues (2025), a ética na avaliação psicológica é fundamental para garantir a qualidade e a responsabilidade profissional. Os psicólogos devem garantir que suas ações não causem danos aos pacientes. Quando enfrentam dilemas éticos, os psicólogos devem procurar supervisão e consulta com colegas, o que pode proporcionar novas perspectivas sobre a situação.

A consciência dos desafios éticos e a adoção de boas práticas fortalecem a responsabilidade profissional e contribuem para a credibilidade da psicologia como uma ciência que respeita e valoriza seus pacientes. A ética é, portanto, a base sobre a qual se constrói a prática da psicologia digna de confiança e respeito. Merletti (2018) destaca que a relevância de uma posição de escuta e ética, tem como objetivo acolher a criança e sua família a partir de seu sofrimento, tratando-se de uma perspectiva de “[...] corresponsabilização social da família na construção dos cuidados, na transmissão simbólica e na sustentação de uma posição crítica sobre os possíveis lugares e destinos da criança” (Merletti, 2018, p. 149).

5.3 Intervenções psicológicas

As intervenções psicológicas são definidas como um conjunto de técnicas e abordagens empregadas por profissionais da saúde mental para auxiliar indivíduos a gerenciar dificuldades emocionais, comportamentais e cognitivas. Essas intervenções visam influenciar o comportamento humano e são cruciais para oferecer suporte, fornecer ferramentas de enfrentamento e gerar mudanças positivas na vida das pessoas (LYUBOMIRSKY, 2009 e DURGANTE 2019, p. 2).

A prática é vasta, pois esse elenco de procedimentos pode ser aplicado em várias áreas, entre as quais se incluem saúde, relações sociais, família, instituições de atendimento, educação, lazer, trabalho, ambiente físico e ambiente social (NÉRI, 2004, p. 69). A diversidade e evolução contínua dessas abordagens demonstram o papel essencial da psicologia na adaptação humana e na melhoria da qualidade de vida.

6 Terapia comportamental

A Terapia Comportamental conforme destacado por Knapp e Beck (2008, p. 11) as terapias cognitivo-comportamentais em geral, e a terapia cognitiva beckiana em especial, apresentam um fundamento teórico e um conjunto de técnicas cuja eficácia baseada em evidências foi demonstrada no tratamento de diversos quadros mentais e físicos. Essa fundamentação científica é crucial para a validação e aceitação da abordagem no campo da saúde mental.

A abrangência e eficácia das intervenções psicológicas são amplamente reconhecidas, sendo constantemente aprimoradas e objeto de estudo. Uma revisão sistemática indicou que os resultados indicam indícios de eficácia dessas intervenções para uma série de transtornos psicopatológicos (PARIS et al., 2020, p. 222). Essas intervenções visam ao desenvolvimento de habilidades de enfrentamento e à promoção de uma melhor qualidade de vida.

6.1 Desenvolvimento de habilidades sociais

As habilidades sociais são um pilar essencial para o desenvolvimento e a interação interpessoal. Essas habilidades são reconhecidas como fator de proteção no desenvolvimento humano (ELIAS; AMARAL, 2016, p. 49). Elas englobam um conjunto de competências que permitem aos indivíduos interagir de forma eficaz e satisfatória em diversos contextos, contribuindo significativamente para o bem-estar pessoal e a adaptação social.

O Treinamento de habilidades sociais é uma intervenção psicológica que tem como objetivo ensinar ou aprimorar o repertório de habilidades sociais, promovendo o ajustamento social do indivíduo (DEL PRETTE, 2001, p. 119), essa prática demonstra ampla relevância e alcance, especialmente em populações como escolares, onde impacta diretamente na formação e no sucesso educacional.

6.2 Regulação emocional em crianças e adolescentes autistas

A regulação emocional em indivíduos com o Transtorno é uma área de crescente atenção na pesquisa e na prática clínica. Conforme abordado em um estudo do IBAC, "Regulação Emocional no Transtorno do Espectro Autista: O que sabemos?", destaca-se que "a RE é o processo cognitivo capaz de controlar ou selecionar a resposta mais adequada para cada situação enfrentada". No contexto do autismo, a dificuldade em modular e expressar emoções de forma adaptativa pode levar a desafios significativos no cotidiano e na interação social.

A neurociência tem contribuído para a compreensão aprofundada desses desafios, como evidenciado em "REGULAÇÃO EMOCIONAL NO AUTISMO: NEUROCIÊNCIA APLICADA À VIDA REAL", que afirma que "a regulação emocional no autismo constitui um dos temas mais relevantes na neurociência contemporânea, dada sua relação direta com qualidade de vida, participação social e bem-estar psicossocial". O desenvolvimento de estratégias eficazes para a regulação emocional é, portanto, fundamental para promover a autonomia e a qualidade de vida de crianças e adolescentes autistas, permitindo-lhes navegar em ambientes sociais e emocionais de forma mais adaptativa.

7 Repercussões familiares e sociais do diagnóstico

O TEA afeta o núcleo familiar como um sistema, impactando não apenas a criança, mas também cuidadores principais, irmãos e relações conjugais. Mães cuidadoras tendem a apresentar taxas elevadas de depressão, ansiedade e estresse crônico, atingindo até três vezes níveis maiores que a população gerais (Melo, Pereira, 2021; Costa et al., 2023). Tal sobrecarga emocional interfere na inserção laboral e reduz a autonomia econômica e social das famílias. Irmãos podem experimentar sentimentos contraditórios, alternando entre afeto e ressentimento, decorrentes da diminuição da atenção parental e das demandas adicionais (Siller et al., 2014).

As relações conjugais também sofrem, havendo aumento de conflitos e maior incidência de separações (Hastings, 2016; Oliveira, Santos, 2023). No ambiente escolar, embora o direito à inclusão seja assegurado por lei, na prática persistem barreiras como a falta de capacitação docente, recursos pedagógicos inadequados e ausência de planos individualizados, caracterizando uma “inclusão de fachada” que prejudica o desenvolvimento da criança e gera sobrecarga aos cuidadores (Ferreira e Oliveira, 2022; Lopes, Santos, Almeida, 2021), na saúde suplementar, limitações e burocratizações frustram a continuidade de tratamentos, levando famílias a suspenderem terapias ou custeá-las integralmente (Silva, Oliveira, Costa, 2022).

7.1 Acolhendo o cuidador: A importância da saúde mental da mãe atípica.

A partir dos estudos de Bossa (2007), o psicopedagogo auxilia não somente a criança, mas também aos professores e as famílias. O acompanhamento psicopedagógico durante o processo de aprendizagem é indispensável, já que suas contribuições são importantes para um bom desenvolvimento

educacional, por meio das seguintes ações: auxílio aos educadores; orientação aos pais; promoção de encontros socializadores entre o corpo docente, discente, coordenadores, corpo administrativo e famílias entre outros.

Essa carga emocional chega junto com o diagnóstico, que muitas das vezes, não é olhada, tampouco, cuidada, foge ao olhar dos profissionais. Nesta realidade, cabe a equipe multidisciplinar ter esse olhar e escuta para com a família, toda mudança feita após o diagnóstico é preciso ser acompanhada e amparada por terapia, para o cuidador compreender o TEA e qual seu papel a partir do momento presente. No entanto, a realidade de muitas famílias foge desse cuidado, pois o acompanhamento do filho, muitas das vezes, já foge do seu controle financeiro.

Sendo assim, nem sempre é possível que esse cuidador receba uma mediação de saúde mental ou até mesmo física. A terapia familiar afirma, [...] “que a família é mais do que uma coleção de indivíduos separados, é um sistema, um todo orgânico, cujas partes funcionam de uma maneira que transcende suas características separadas”. Todavia, mesmo como membros de sistema familiar, não deixamos de ser indivíduos, com corações, mentes e desejos próprios (Nichols; Schwartz, 2009, p. 26).

Quando ao lado da família tem uma equipe multidisciplinar disposta a desenvolver um bom acompanhamento terapêutico, olhando esse indivíduo junto com a família na sua singularidade, respeitando sua cultura, dando continuidade a um trabalho eficaz e intensivo, este estímulo, muitas das vezes precoce, traz um bom rendimento em seu desenvolvimento social, na comunicação, diminuindo comportamentos inapropriados, que podem estar interferindo na rotina, além de promover e buscar estratégias para a orientação familiar.

Orientar a família deve fazer parte do atendimento psicopedagógico, pois quando o aprendente começa a ter um desenvolvimento dentro do esperado traz conforto para sua família e para toda equipe, isto significa que a intervenção entre equipe e família está dando certo, gerando no cuidador uma sensação de alívio e bem, estar.

8 A parceria família–escola como eixo da inclusão escolar

A relação entre família e escola constitui um dos fundamentos centrais para a efetivação de práticas educacionais inclusivas voltadas às crianças com TEA. A articulação entre esses dois espaços torna-se indispensável para a construção de ambientes educativos que respeitem as singularidades dos

estudantes e favoreçam seu desenvolvimento integral. Assim, a cooperação entre os sujeitos envolvidos no processo educativo amplia as possibilidades de acompanhamento contínuo da criança, fortalece as ações pedagógicas e contribui para a superação dos desafios impostos pela inclusão escolar.

Nesse sentido, a literatura evidencia que a aproximação entre família e escola sempre foi percebida como uma exigência do próprio processo educativo, uma vez que ambos os espaços se complementam na formação da criança. Conforme afirmam Ramos e Azevedo, “sempre houve uma necessidade da família e escola estarem em contato direto, isto porque uma complementa a outra e juntas tornam os ambientes propícios para o desenvolvimento de seus filhos e alunos.” (Ramos; Azevedo, 2024, p. 159).

Dessa forma, compreende-se que a construção de práticas inclusivas efetivas depende, de maneira direta, da qualidade do diálogo estabelecido entre esses dois contextos. Família e escola compartilham objetivos relacionados à formação e à inserção social da criança, dependendo uma da outra para alcançá-los por meio do trabalho colaborativo (Ramos; Azevedo, 2024). Embora ambas sejam corresponsáveis pelo processo educativo, à família cabe a educação informal e à escola a educação formal, o que reforça a necessidade de diálogo permanente entre esses espaços (Ramos; Azevedo, 2024).

Entretanto, para que essa parceria se efetive de modo consistente, é indispensável o envolvimento dos profissionais da educação na promoção de ações que aproximem a família do cotidiano escolar. Segundo Ramos e Azevedo, é de suma importância que os profissionais da educação fomentem a parceria entre escola e a família, pois, é de grande importância o papel familiar e da escolar em relação ao processo educativo dos alunos com necessidades especiais (Ramos; Azevedo, 2024, p. 159). Assim, a atuação docente e gestora assume papel estratégico na mediação dessa relação, ao favorecer a construção de canais permanentes de diálogo, escuta e cooperação entre a escola e a família.

Desse modo, o estímulo à participação familiar no acompanhamento do percurso escolar da criança com TEA torna-se uma ação constante, que fortalece o processo educativo e subsidia intervenções mais alinhadas às necessidades do estudante (Santo Ângelo, 2025, p. 55-65). A manutenção de um diálogo contínuo entre família e escola favorece a identificação de necessidades específicas, a adequação das práticas pedagógicas e o alinhamento das estratégias de intervenção.

A família e a escola constituem, portanto, espaços favoráveis ao desenvolvimento da criança com deficiência, razão pela qual devem manter comunicação constante, fundamentada na cooperação e na

corresponsabilidade (Ramos; Azevedo, 2024). Desse modo, o acompanhamento sistemático do desenvolvimento da criança torna-se mais consistente, permitindo intervenções mais ajustadas às suas reais necessidades.

Portanto, a parceria entre família e escola revela-se como elemento indispensável para a efetivação da inclusão escolar de crianças com TEA. Ao estabelecer uma relação pautada no diálogo, na participação e na corresponsabilidade, esses dois espaços ampliam as possibilidades de construção de práticas pedagógicas inclusivas, fortalecem o acompanhamento do desenvolvimento infantil e criam condições mais favoráveis para a permanência, a aprendizagem e a participação da criança no contexto escolar.

8.1 Inclusão escolar

A inclusão escolar transcende a mera efetivação da matrícula de alunos com Transtorno do Espectro Autista; ela configura-se como um movimento articulado entre profissionais e discentes que visa o respeito à singularidade e o aprimoramento dos processos de aprendizagem e socialização (MANTOAN, 2003). Contudo, persistem barreiras severas que impedem a inclusão plena, como a carência de formação docente especializada, a escassez de mediadores e a precariedade das infraestruturas escolares.

É preciso compreender que o foco da educação inclusiva deve ultrapassar a presença física em sala de aula, priorizando o desenvolvimento de competências sociais e cognitivas. O convívio com a pluralidade de perfis não apenas viabiliza a construção de relações significativas, mas também fundamenta a compreensão de normas sociais e o exercício do trabalho em equipe (MANTOAN, 2003). Nesse sentido, conforme destaca Maria Teresa Eglér Mantoan:

Inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. (MANTOAN, 2003, p. 15).

8.2 Autismo no ambiente escolar

Entre os anos de 2022 e 2023, o Brasil registrou um crescimento expressivo de aproximadamente 48% no número de matrículas de alunos diagnosticados. Diante desse cenário expansionista, as

instituições de ensino enfrentam a necessidade premente de adequar suas estruturas para assegurar o aprendizado efetivo. Tal adequação pressupõe não apenas a consolidação de um ambiente acolhedor, mas também a implementação de adaptações curriculares robustas e a elaboração do Plano de Ensino Individualizado (PEI), instrumento balizador das metas pedagógicas para cada estudante (BRASIL, 2024).

Nessa perspectiva, a garantia de uma educação de qualidade demanda a adoção de estratégias específicas, com destaque para a mediação escolar. Este recurso configura-se como um pilar fundamental para a inclusão acadêmica, transcendendo a figura do professor regente ao consolidar-se como uma prática multidisciplinar (VYGOTSKY, 1998). A eficácia desse processo depende da articulação entre o corpo docente e profissionais de áreas correlatas como Psicologia, Psicopedagogia e Fonoaudiologia, além do suporte indispensável do núcleo familiar (GLAT; PLETSCHE, 2011).

Ademais, a mediação é um processo que exige o conhecimento profundo das necessidades individuais. Partindo do pressuposto de que cada criança é única, apresentando inclinações e desafios distintos, a compreensão minuciosa dessas particularidades torna-se uma ferramenta estratégica para o atendimento personalizado. Em última análise, a mediação desempenha um papel determinante na promoção de habilidades sociais e na integração plena do aluno com o meio, favorecendo o desenvolvimento de sua autonomia e cidadania (VYGOTSKY, 1998).

8.3 Capacitação de professores

A efetivação da inclusão escolar, de maneira precisa e funcional, pressupõe a capacitação docente como pilar inegociável (MANTOAN, 2003). Contudo, a realidade educacional vigente evidencia uma lacuna significativa na formação inicial dos profissionais de ensino frente às demandas da neurodiversidade (GLAT; PLETSCHE, 2011).

Tal cenário impõe a necessidade imperativa de uma formação continuada, por meio de cursos de atualização e especializações voltadas à área (BRASIL, 2015). Conclui-se, portanto, que a carência de fundamentação técnica constitui um dos principais entraves à inclusão, tornando urgente a promoção de uma qualificação docente rigorosa e estruturada (MANTOAN, 2003).

9 Combate ao preconceito e bullying

A qualificação contínua dos profissionais da educação é um fator determinante não apenas para o êxito pedagógico, mas também para o combate efetivo ao bullying contra alunos diagnosticados (OLWEUS, 1993). A competência de identificar sinais precoces de isolamento, microagressões, exclusão social, bem como manifestações de violência verbal ou física, é uma responsabilidade compartilhada por toda a equipe multidisciplinar que atua junto aos discentes (BRASIL, 2015).

É imperativo reconhecer que atos de violência interpessoal podem resultar em traumas psicológicos profundos e prejuízos persistentes ao desenvolvimento social do indivíduo (OLWEUS, 1993). Portanto, o combate rigoroso a essas práticas configura-se como uma medida inegociável em qualquer ambiente de aprendizagem.

Nesse contexto, a implementação de ações educativas transversais, como palestras de conscientização e programas de letramento sobre o autismo direcionados à comunidade escolar, aliada ao preparo técnico dos profissionais, gera resultados positivos e mensuráveis no convívio escolar (UNESCO, 2017). Priorizar essa estratégia é fundamental para consolidar um ambiente acolhedor, fundamentado no respeito à diversidade e na disseminação do conhecimento científico sobre a neurodiversidade (UNESCO, 2017).

9.1 Inclusão social e direitos da pessoa autista

A inclusão social, em sua acepção plena, constitui a garantia de que todos os indivíduos, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou socioeconômicas, possuam acesso equânime a oportunidades e recursos fundamentais (SASSAKI, 2009). No atual cenário brasileiro, a inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) exige a viabilização de um acesso efetivo e digno aos sistemas de ensino regular, ao mercado de trabalho e à necessária adaptação de espaços públicos, assegurando a plena acessibilidade arquitetônica e atitudinal (BRASIL, 2015).

No tocante ao mercado de trabalho, a inserção profissional de pessoas com autismo em diversos setores transcende a conformidade com as exigências legais de reserva de vagas. Trata-se, fundamentalmente, de um imperativo para o desenvolvimento social, uma vez que a diversidade neurocognitiva em ambientes laborais fomenta a inovação, amplia a compreensão sobre a pluralidade humana e qualifica as interações interpessoais (OMS, 2013). Portanto, o ambiente de trabalho torna-se um ecossistema de aprendizado mútuo, onde a convivência entre perfis distintos fortalece o tecido social

e mitiga estigmas históricos (SASSAKI, 2009).

9.2 Direitos legais da pessoa com TEA

Ao longo das últimas décadas, o movimento de luta das pessoas com TEA no Brasil logrou conquistas legislativas fundamentais que estruturam, atualmente, a proteção jurídica desse segmento populacional. Entre esses pilares, destaca-se a Lei nº 12.764/2012, denominada Lei Berenice Piana, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA. O advento desse diploma legal foi determinante, visto que estabeleceu, para todos os efeitos legais, a equiparação da pessoa com TEA à pessoa com deficiência, assegurando-lhe o acesso integral às prerrogativas e proteções conferidas pelo ordenamento jurídico brasileiro às pessoas com deficiência (PCD).

Dando continuidade ao processo de fortalecimento dos direitos civis, a Lei nº 13.977/2020, conhecida como Lei Romeo Mion, instituiu a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea). Esta norma surgiu como uma resposta administrativa necessária diante da invisibilidade do autismo uma deficiência que não se manifesta por características físicas explícitas. A Ciptea é um instrumento essencial para mitigar obstáculos no acesso a atendimentos prioritários em serviços públicos e privados, bem como para viabilizar direitos específicos, como a utilização de vagas de estacionamento reservadas, garantindo que a identificação seja um facilitador, e não um entrave, à cidadania.

Ademais, o Estado brasileiro tem estendido proteções aos núcleos familiares, reconhecendo que a assistência à pessoa com TEA demanda suporte constante, um exemplo notável é a Lei nº 13.370/2016, que alterou o regime jurídico dos servidores públicos federais. Este dispositivo garante a concessão de horário especial ao servidor que possua cônjuge, filho ou dependente com deficiência, sem a exigência de compensação de jornada ou redução de vencimentos. Tais mecanismos legais são fundamentais para assegurar que as famílias possam exercer o acompanhamento terapêutico e o cuidado necessário sem que isso comprometa sua estabilidade profissional e socioeconômica

9.3 Acessibilidade social

A promoção da acessibilidade nos espaços frequentados por pessoas autistas constitui uma condição indispensável para assegurar a sua plena integração social e o exercício do direito ao lazer

(BRASIL, 2012). A inclusão efetiva depende, fundamentalmente, da mitigação de barreiras arquitetônicas e atitudinais que obstaculizam a interação do indivíduo com o ambiente, sendo imprescindível, nesse sentido, compreender o autismo sob a ótica de um espectro neurodivergente, que demanda diferentes níveis de suporte e adaptações personalizadas (APA, 2022).

A acessibilidade social voltada a esse público transcende a mera adaptação física, exigindo o planejamento de estratégias que minimizem a sobrecarga sensorial, frequentemente desencadeada por estímulos auditivos e luminosos excessivos (GRANDIN, 2010). Nesse processo, a gestão do ambiente sensorial torna-se central, por meio da implementação de áreas de descompressão ou espaços silenciosos e do ajuste na intensidade de estímulos em locais públicos e culturais (OMS, 2023).

Simultaneamente, a promoção da previsibilidade e o uso de uma comunicação clara e direta, aliadas à oferta de informações antecipadas, são medidas que reduzem a ansiedade social e favorecem rotinas estruturadas (SCHWARTZMAN; ARAÚJO, 2011). Esse conjunto de ações requer, ainda, uma capacitação atitudinal rigorosa das equipes de atendimento, visando à compreensão das particularidades sensoriais e ao respeito irrestrito às diversas formas de interação social (BRASIL, 2015).

A adoção dessas diretrizes, exemplificada por iniciativas como sessões de cinema adaptadas e o atendimento inclusivo em estabelecimentos comerciais, não apenas amplia o acesso, mas fomenta uma cultura de acolhimento fundamentada na equidade (UNESCO, 2020). Ao implementar tais adaptações, a sociedade reconhece a neurodiversidade como um elemento integrante da experiência humana, desconstruindo barreiras históricas e promovendo, de forma efetiva, a autonomia dos indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (APA, 2022).

10 Saúde mental no autismo

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) envolve não apenas alterações na comunicação social e nos padrões comportamentais, mas também pode estar associado a desafios relacionados à saúde mental. Na literatura da Psicologia, observa-se que indivíduos com autismo apresentam maior vulnerabilidade ao desenvolvimento de dificuldades emocionais, como ansiedade e depressão. Essas condições podem surgir em decorrência das exigências sociais do cotidiano, das dificuldades de comunicação e das barreiras enfrentadas em ambientes que nem sempre estão preparados para acolher as diferenças no desenvolvimento (KLIN, 2006).

Entre os aspectos mais frequentes relacionados à saúde mental no TEA está a ansiedade. Pessoas com autismo podem apresentar níveis elevados de preocupação ou tensão diante de situações que envolvem mudanças inesperadas, interação social ou ambientes pouco previsíveis. Em muitos casos, essas reações estão associadas às dificuldades em interpretar sinais sociais ou compreender as expectativas presentes em determinadas situações, o que pode gerar insegurança e estresse emocional (SCHMIDT; BOSA, 2003).

Além da ansiedade, também é possível observar a presença de sintomas depressivos em algumas pessoas com TEA, principalmente durante fases do desenvolvimento em que as relações sociais se tornam mais complexas, como na adolescência. Experiências de isolamento, dificuldades para estabelecer vínculos sociais e frustrações decorrentes de desafios no convívio social podem contribuir para sentimentos de tristeza persistente e desmotivação. Esses fatores podem impactar negativamente o bem-estar psicológico e a qualidade de vida do indivíduo (SCHMIDT; BOSA, 2003).

10.1 Sobrecarga sensorial e intervenção

Outro elemento importante relacionado à saúde mental no autismo envolve as particularidades do processamento sensorial. Muitas pessoas com TEA apresentam maior sensibilidade a estímulos ambientais, como ruídos intensos, iluminação forte, cheiros ou determinadas texturas. Quando esses estímulos são percebidos de maneira excessiva, pode ocorrer o que se denomina sobrecarga sensorial, situação em que o indivíduo experimenta desconforto significativo ou dificuldade para lidar com o ambiente ao seu redor (BOSA, 2002).

A sobrecarga sensorial pode provocar reações emocionais intensas, como irritabilidade, ansiedade ou necessidade de se afastar de ambientes muito estimulantes. Dessa forma, compreender essas particularidades é essencial para promover ambientes mais adequados e acolhedores, que respeitem as necessidades sensoriais das pessoas com autismo. Diante desses desafios, o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento emocional torna-se um elemento importante no acompanhamento psicológico de indivíduos com TEA.

Essas estratégias podem envolver intervenções voltadas para o reconhecimento e a regulação das emoções, o desenvolvimento das habilidades sociais e o aprendizado de formas mais adaptativas de lidar

com situações estressantes. O trabalho psicológico também pode contribuir para fortalecer a autonomia e a autoestima, aspectos fundamentais para o bem-estar emocional (SEIZE; BORSA, 2017).

10.2 Qualidade de vida

No contexto de qualidade de vida, o apoio familiar e o suporte de profissionais da educação e da saúde são fatores que podem favorecer o desenvolvimento emocional da pessoa com autismo. Ambientes que oferecem previsibilidade, compreensão e respeito às particularidades do indivíduo tendem a reduzir situações de estresse e a promover maior adaptação às demandas sociais. Nesse sentido, a literatura aponta que o contexto familiar e social exerce influência significativa na adaptação e no bem-estar de pessoas com TEA, especialmente quando há suporte adequado às suas necessidades (SCHMIDT; BOSA, 2003).

Assim, compreender as questões relacionadas à saúde mental no Transtorno do Espectro Autista é essencial para a atuação de profissionais da Psicologia. A atenção a fatores como ansiedade, depressão e sobrecarga sensorial, aliada à implementação de estratégias de enfrentamento emocional, contribui para promover melhores condições de desenvolvimento e maior qualidade de vida para pessoas com TEA. Nesse sentido, estudos destacam a importância da identificação precoce de necessidades e da implementação de intervenções que considerem os aspectos emocionais e comportamentais do indivíduo (SEIZE; BORSA, 2017).

11 Resultados e discussões

Os resultados da pesquisa mostraram que o Transtorno do Espectro Autista (TEA) envolve desafios relacionados à comunicação, interação social e ao comportamento, destacando a importância da atuação conjunta da família, da escola, dos profissionais da saúde e da sociedade, reforçando que o diagnóstico precoce e as intervenções adequadas favorecem o desenvolvimento de habilidades sociais, comunicativas e adaptativas e contribuem para uma melhor qualidade de vida das pessoas com TEA.

Além da revisão bibliográfica, a realização da palestra na empresa Bunge nos permitiu levar informações sobre o autismo aos colaboradores, promovendo conscientização e reflexão sobre a inclusão. Durante a atividade, observou-se interesse e participação ativa dos presentes, por meio de questionamentos, compartilhamento de experiências e esclarecimento de dúvidas, essa interação

demonstrou a relevância de ações educativas para ampliar o conhecimento sobre o tema e combater preconceitos ainda existentes na sociedade e também em ambientes corporativos.

A discussão dos resultados evidenciou também a importância da atuação do psicólogo no processo de avaliação, acompanhamento e intervenção junto às pessoas com TEA e suas famílias. O suporte psicológico contribui para o fortalecimento da rede de apoio, para a promoção da saúde mental e para a construção de estratégias que favoreçam a inclusão social. Dessa forma, os resultados obtidos confirmam que a transmissão de informações e a aproximação entre conhecimento científico e comunidade são fundamentais para a promoção de uma sociedade mais acolhedora e inclusiva e respeitosa.

12 Conclusão

Conclui-se que o presente trabalho possibilitou ampliar a compreensão sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), mostrando a importância da transmissão de informações corretas, da inclusão social e do cuidado com a saúde mental das pessoas autistas e de seus familiares, evidenciando que é muito importante que as instituições de ensino, as organizações e os órgãos públicos trabalhem de forma integrada na promoção da acessibilidade e da inclusão, garantindo oportunidades equitativas em todas as áreas para as pessoas com o transtorno

O entrelaço dessas ações busca contribuir para a redução dos preconceitos, para a valorização das diferenças e para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e respeitosa com a diversidade. Essa revisão bibliográfica evidenciou a necessidade do diagnóstico precoce, do acompanhamento multiprofissional e da ampliação das informações sobre o transtorno na sociedade em geral.

Assim sendo, considera-se que os objetivos propostos foram alcançados de forma satisfatória e eficaz, uma vez que o trabalho promoveu orientação, sensibilização e incentivo à inclusão de pessoas com TEA em diferentes contextos sociais. Além disso, reforça-se a necessidade de continuidade de ações educativas e projetos de conscientização, para que cada vez mais, a sociedade e as empresas contratantes compreendam a neurodiversidade e reconheçam os direitos, potencialidades e singularidades das pessoas com autismo.



Imagem 1 - Equipe responsável pela realização do projeto de conscientização na empresa Bunge. “Transtorno do Espectro Autista: Promoção de Conhecimento, Inclusão e Saúde Mental” durante a ação realizada, promovendo conscientização e inclusão no ambiente organizacional.



Imagens 2 e 3 - Durante a palestra educativa, foram abordados os sinais, sintomas e níveis de suporte do Transtorno do Espectro Autista (TEA), com o objetivo de ampliar o conhecimento dos colaboradores. A intervenção prática proporcionou um espaço de diálogo, reflexão e sensibilização sobre inclusão, neurodiversidade e saúde mental no ambiente de trabalho, incentivando a inclusão social das pessoas com TEA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – *DSM-5*. 5. ed. Washington, DC: APA, 2013.

AUTISMO e sala de aula: quais práticas tornam o ensino mais inclusivo? Educa Mais Brasil, [S. l.], 25 jul. 2025. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/autismo-e-sala-de-aula-quais-praticas-tornam-o-ensino-mais-inclusivo>. Acesso em: 25 fev. 2026.

AUTISMO na escola: desafios, normas e como lidar. Educacional, [S. l.], 22 jan. 2025. Disponível em: <https://www.educacional.com.br/praticas-pedagogicas/autismo-na-escola/>. Acesso em: 25 fev. 2026.

AUTISMO na escola: práticas pedagógicas inclusivas. Educa Mais Brasil, [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/autismo-na-escola-praticas-pedagogicas-inclusivas>. Acesso em: 25 fev. 2026.

BECK, Judith S. Terapia cognitiva-comportamental: teoria e prática. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Sinopses estatísticas do Censo Escolar. Brasília, DF: INEP, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/estudos-e-pesquisas/censo-escolar/sinopses-estatisticas>. Acesso em: 25 fev. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.

CANONICI, S. Regulação emocional no autismo: neurociência aplicada à vida real. 2025.

COSTA, L.; SILVA, R.; PEREIRA, A. Saúde mental de mães de crianças com Transtorno do Espectro Autista: revisão sistemática. Revista Brasileira de Psiquiatria, v. 45, n. 2, p. 123-134, 2023.

DEL PRETTE, Zilda A. P.; DEL PRETTE, Almir. Aplicações do treinamento em habilidades sociais: análise da produção nacional. Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 19, n. 3, p. 391–402, 2006.

FARO, André et al. Autismo e famílias: revisão sistemática sobre o apoio psicológico a pais. *Psico-USF*, Bragança Paulista, v. 24, n. 2, p. 341–352, abr./jun. 2019.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

IBAC. Regulação emocional no Transtorno do Espectro Autista: o que sabemos? 2022.

- KANNER, Leo. Autistic disturbances of affective contact. *Nervous Child*, v. 2, p. 217–250, 1943.**
- MAPEOU, Lindinalva de Fátima et al. Criança com transtorno do espectro autista: cuidado na perspectiva familiar. *Escola Anna Nery*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, 2018.**
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.**
- MARINHO-CASANOVA, Maria Lúcia; LEINER, M. Influência do ambiente no desenvolvimento de habilidades sociais em crianças. *Extensio*, v. 14, n. 26, p. 2–13, 2017.**
- OLWEUS, Dan. Bullying at school: what we know and what we can do. Oxford: Blackwell, 1993.**
- OMS (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE). Relatório mundial sobre a deficiência. São Paulo: SEDPcD, 2013.**
- PEREIRA, M.; FERREIRA, S. O uso da terapia cognitivo-comportamental no tratamento do transtorno depressivo: uma abordagem em grupo. *Barbarói*, n. 32, p. 163–176, 2010.**
- RAMOS, A. B.; AZEVEDO, G. X. de. A importância da interação entre a escola e a família para o desenvolvimento da criança com deficiência. *REEDUC – Revista da Universidade Estadual de Goiás*, v. 10, n. 1, p. 154-166, 2024.**
- RODRIGUES, Renata. Ética na avaliação psicológica: conheça os princípios. *Líbano Educacional*, 15 maio 2025. Disponível em: <https://artigos.libanoeducacional.com.br/artigo/etica-na-avaliacao-psicologica>. Acesso em: 18 mar. 2026.**
- SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2009.**
- SCHMIDT, Carlo. Autismo e família: caminhos de solidariedade. Brasília: CORDE, 2013.**
- SILVA, C. J. A terapia cognitiva comportamental de Beck e psicologia positiva de Seligman: um estudo comparativo das abordagens. *Pretextos – Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, v. 5, n. 9, 2020.**
- SILVA, M. A. Terapia cognitiva-comportamental: da teoria à prática. Porto Alegre: Artmed, 2013.**
- SOBRINHO, Jennyfer Suellen Santiago Veloso. Formação de professores para a inclusão escolar de alunos com transtorno do espectro autista. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2023.**
- Disponível em:

https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/7385/1/MONOGRAFIA_Forma%C3%A7%C3%A3oProfessoresInclus%C3%A3o.pdf. Acesso em: 25 fev. 2026.

SOUZA, José Carlos et al. Atuação do psicólogo frente aos transtornos globais do desenvolvimento infantil. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 24, n. 2, p. 24–31, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932004000200004>. Acesso em: 14 mar. 2026.

TRIGO, A. P. N. Autorregulação de estudantes com TEA para promoção da inclusão escolar. International Integralize Scientific, v. 5, n. 45, 2025.

UNESCO. Guia para assegurar a inclusão e a equidade na educação. Paris: UNESCO, 2017.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WATANABE, A. L. A. et al. O desenvolvimento de habilidades sociais como recurso de promoção à saúde e qualidade de vida. Revista Gestão & Saúde, v. 22, n. 2, p. 96–110, 2020.